



Centro Universitário de Brasília - Uniceub
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS

DANIEL DA SILVA ROCHA

**A DOUTRINA DO FORUM NON CONVENIENS COMO OBSTÁCULO À
RESPONSABILIZAÇÃO DE TRANSNACIONAIS**

Brasília

2018

DANIEL DA SILVA ROCHA

**A DOCTRINA DO FORUM NON CONVENIENS COMO OBSTÁCULO À
RESPONSABILIZAÇÃO DE TRANSNACIONAIS**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do Curso de Direito e obtenção do título de bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Prof. Dr. Nitish
Monebhurrin

BRASÍLIA

2018

DANIEL DA SILVA ROCHA

**A DOUTRINA DO FORUM NON CONVENIENS COMO OBSTÁCULO À
RESPONSABILIZAÇÃO DE TRANSNACIONAIS**

Monografia apresentada como
requisito para conclusão do Curso de
Direito e obtenção do título de
bacharel em Direito pela Faculdade
de Ciências Jurídicas e Sociais –
FAJS do Centro Universitário de
Brasília – UniCEUB.

BRASÍLIA, DE SETEMBRO DE 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Nitish Monebhurrn (Orientador)

Prof. (examinador)

RESUMO

Atualmente, o *Forum non Conveniens*, doutrina criada para estabelecer maior equilíbrio processual entre as partes de um processo que pode ser interposto em diferentes jurisdições, não vem cumprindo seu objetivo quando envolve empresas transnacionais, de modo que estas aproveitam da doutrina para dificultar a sua responsabilização. Diante de tal panorama, questiona-se a aplicabilidade da doutrina em casos dessa natureza, avaliando se permanece o seu objetivo primordial quando existe empresas transnacionais envolvidas. Busca-se comprovar que a doutrina que fora criada para dar maior equilíbrio a um processo está, pelo contrário, constituindo um mecanismo de defesa de empresas transnacionais, dando, portanto, vantagem a uma das partes e, por conseguinte, desvantagem à outra. A análise será feita a partir da escolha de casos os quais a doutrina foi utilizada, para saber se trata de uma prática de má-fé das empresas transnacionais ou, ainda, uma interpretação errada por parte dos tribunais que os julgam.

Palavras-chave: *Forum non Conveniens*. *Forum Shopping*. Responsabilização de empresas transnacionais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 A Doutrina Do Forum Non Conveniens Utilizada Como Técnica Processual Para Determinar A Competência	12
1.1 O Surgimento Do Forum Non Conveniens Como Alternativa Ao Forum Shopping	12
1.2 O Desvirtuamento Da Doutrina Do Forum Non Conveniens Pelo Seu Uso Diverso Por Parte De Empresas Transnacionais	17
2 Os Efeitos Dirimentes Do Forum Non Conveniens Sobre A Responsabilidade Das Empresas	21
2.1 O Declínio De Competência Por Parte Do Juízo Incorre Em Morosidade Processual	21
2.1.1 Quando O Juízo Não Se Reconhece Competente Para Julgar	22
2.1.2 A Perda De Eficácia Da Doutrina Resultante Da Renúncia De Um Juízo Para Executar A Sentença	26
2.2 Das Consequências Legislativas Que A Forma Como O Forum Non Conveniens É Usado Pelas Transnacionais Traz Às Jurisdições Processantes	31
CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS	37

INTRODUÇÃO

As vítimas de danos causados por empresas multinacionais que atuam em território estrangeiro geralmente encontram dificuldade para conseguir uma reparação que seja equivalente ao dano causado por estas. Isso se deve a fatores variados, mas no âmbito processual, o encerramento do processo numa jurisdição implica em maior morosidade para o julgamento do mérito do desse, corroborando com essa dificuldade, como será visto a seguir.

Considerado o maior desastre químico da história, em dezembro de 1984, numa fábrica de pesticidas da *Union Carbide*, localizada em Bhopal, Índia, vazaram mais de 40 toneladas de um gás venenoso. Oficiais indianos estimaram que o gás deixou, aproximadamente, 3.000 pessoas mortas e 50.000 pessoas com danos permanentes, além de outras 15.000 pessoas que morreram em decorrência da exposição ao gás venenoso. Algumas vítimas tentaram entrar com ação contra a *Union Carbide* (que passou a fazer parte da *Dow Chemical* desde 2001) nos Estados Unidos, na Corte do distrito-sul, em fevereiro de 1985¹. A Corte de Nova York, entretanto, julgou que um foro indiano seria mais adequado para o processamento do feito.

Em 1999, o governo colombiano, junto com os Estados Unidos, criaram o Plano Colômbia, que consistia em um conjunto de medidas com o objetivo de combater o narcotráfico na Colômbia. Dentre tais medidas, a empresa *DynCorp* foi contratada para espalhar herbicidas pelas plantações de coca no país, por via aérea. Contudo, fazendeiros equatorianos da área fronteiriça com a Colômbia alegaram que suas plantações também estavam sendo afetadas pelos herbicidas, porque a *DynCorp* estaria pulverizando o herbicida nessa região.

Em Setembro de 2001, um grupo desses fazendeiros ajuizou uma ação contra a *DynCorp* local, em virtude da forte presença desses inseticidas (que causariam vômitos, dores de cabeça, além de problemas de pele), além de estragos maciços às plantações “não ilícitas”.

A Empresa, por sua vez, alegou que todas as suas ações foram autorizadas pelo governo colombiano, sob as diretrizes do Plano Colômbia,

¹ ESTADOS UNIDOS. *Union Carbide Corp. Gas Plant Disaster at Bhopal, India in Dec., 1984*, 601 F. Supp. 1035 (J.P.M.D.L. 1985)

devendo, portanto, a ação ser rejeitada, além do fato do pedido dos demandantes ir contra uma questão debatida no congresso americano, que implementou o Plano Colômbia, o que não seria possível. Em 2007, uma corte regional acatou as alegações da DynCorp, retirando-a do processo².

Em 2000, residentes de Nova Papua Guiné ajuizaram ação contra a empresa Rio Tinto, alegando que a empresa foi cúmplice em crimes de guerra e crimes contra a humanidade, cometidos pelo exército PNG durante um conflito separatista em Bougainville, além de causar impactos ambientais. A corporação buscou a rejeição do processo, que foi concedido em 2002³.

Em 2002, refugiados myanmarenses ajuizaram uma ação contra a empresa Total, no Tribunal Magistrado de Bruxelas. Os demandantes alegam que a ré e seus gerentes foram cúmplices de crimes contra a humanidade, como tortura e trabalhos forçados, *Yadana Gas Pipeline*, ocorridos em Myanmar, ou seja, o Tribunal fora acionado por fatos que não aconteceram em território belga. Contudo, em 2008 o processo foi rejeitado e os demandantes perderam o caso⁴.

Nos casos apresentados, os demandantes tiveram o seu processo, inicialmente ajuizado em determinada jurisdição, encerrado e encaminhado para outra. Isso se deve à doutrina do *Forum Non Conveniens*, que foi criada para equilibrar a relação processual existente entre as partes, com o objetivo de buscar um foro mais adequado para o processamento das demandas⁵, mas que vem sendo utilizada como um mecanismo de defesa de empresas transnacionais. Faz-se necessária uma reflexão, portanto, sobre a maneira de como essa doutrina vem sendo utilizada pelas empresas e discutida pelas cortes.

O *Forum non Conveniens* é uma doutrina que auxilia a fixação de uma jurisdição competente, advinda da *commom law*⁶ e surgiu em detrimento ao

² ESTADOS UNIDOS. Dyncorp vs Arias, 856 F. Supp. 2d 46 (D. D. C. 2012). Disponível em: <https://ecf.dcd.uscourts.gov/cgi-bin/show_public_doc?2001cv1908-44> Acesso em: 29 ago. 2018.

³ ESTADOS UNIDOS. Sarei v. Rio Tinto 221 F. Supp. 2d 1116 (2002). Disponível em: <https://www.courtlistener.com/opinion/2486248/sarei-v-rio-tinto-plc/>. Acesso em: 29 de ago. 2018.

⁴ Disponível em: <http://jure.juridat.just.fgov.be/pdfapp/download_blob?idpdf=F-20070328-10>

⁵ DIDIER JR., Fredie. Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. 19 ed. – Salvador: Ed. Jus Podivm, 2017. p. 233.

⁶ JATAHY, Vera Maria Barrera, Do conflito de jurisdições: a competência internacional da justiça brasileira, cit., p. 37.

Forum Shopping, doutrina que dá ao autor da ação a possibilidade de ajuizá-la em qualquer dos foros que sejam competentes para tal.

O fenômeno é frequente em estados federais, como nos Estados Unidos⁷ ou, ainda, numa união econômica, como é o caso da União Europeia⁸, de modo que dentre os mais diversos motivos que possam levar à escolha do autor, ele geralmente o faz em virtude da existência de diferença nas regras de direito material ou processual entre os foros.

Contudo, ocorre que a aplicabilidade da doutrina do *Forum non Conveniens* encontra dificuldades quando empresas transnacionais figuram como parte no processo, de modo que a doutrina parece não conseguir tratar dos casos que envolvam empresas multinacionais de maneira apropriada.

Dessarte, as Corporações encontraram na doutrina do *Forum non Conveniens* uma forma de dificultar a judicialização e sua posterior punição: após a concretização do dano contra as vítimas e ajuizamento de ação em seu desfavor no país de origem da empresa, esta alega que existe um foro mais adequado para processar o caso, ocasionando maior demora para a obtenção de um desfecho para o processo.

Percebe-se que as vítimas de danos ocasionados por essas empresas de grande porte e influência muitas vezes veem a busca por justiça ser dificultada pelas empresas, que acabam por fazer acordos com valores irrisórios⁹ em relação aos danos cometidos, esquivando-se de suas responsabilidades.

Portanto, a doutrina do *Forum non Conveniens* tem deixado de ser uma ferramenta para determinar um foro mais adequado para processamento da demanda e obter, por sua vez, uma sentença mais justa, tornando-se um mecanismo de defesa das empresas transnacionais.

Reflexo dessa situação é o fenômeno legislativo que acontece em países, em sua maioria subdesenvolvidos, que são um dos principais alvos das atuações das transnacionais em razão, entre outros fatores, de possuírem mão de obra mais barata, que estão buscando alternativas para tentar impedir que a doutrina

⁷ SIMONWITZ, Aaron D. A US. Perspective on forum shopping, ethical obligation, and international commercial context. Munich: Sellier European Law Publishers (SELP), 2013, p. 1-21.

⁸ Ver Regulamento (EU) 1.215/2012 relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matérias civil e comercial.

⁹ Vide desastre de Bhopal.

seja usada como instrumento de imputação de “irresponsabilidade” às corporações, os chamados *blocking statutes*¹⁰. Diante da vasta área de atuação das empresas transnacionais, é possível notar esse reflexo legislativo pelo mundo.

A título exemplificativo, existe a *ley 364*¹¹, criada pelo corpo legislativo da Nicarágua justamente para barrar a utilização da doutrina, na tentativa de proteger seus cidadãos de eventuais danos causados e decorrentes dificuldades de responsabilização.

O que se pretende com o trabalho é demonstrar que a doutrina *do Forum non Conveniens*, mesmo que legítima ao ser subsumida ao caso concreto envolvendo empresas transnacionais, acaba por configurar um instituto que emperra a prestação jurisdicional às vítimas.

Com isso, uma decisão que acolhe a utilização da doutrina não implica, necessariamente, na distribuição do caso para um foro que seja mais adequado para a sua análise, às vezes resultando em objetivo contrário, contribuindo com a estratégia de defesa da transnacional.

Dessa forma, questiona-se: a doutrina *do Forum non Conveniens* permanece com sua funcionalidade de garantir um julgamento de maior qualidade e mais justo quando envolve empresas transnacionais?

Diante de tal questionamento, faz-se necessária uma análise de processos que envolvam transnacionais e que se valeram da doutrina *do Forum non Conveniens*, no sentido de definir a diferença entre legitimidade de uso como viabilidade de uso da doutrina em destaque.

Por todo o exposto, a reflexão do tema faz-se relevante uma vez que, a partir dos casos analisados, os danos causados pelas empresas transnacionais são de grande escala, sejam eles ambientais¹², sejam violações aos direitos humanos, enquanto sua responsabilização vem sendo desproporcional a esses

¹⁰ CASEY, M. Ryan. RISTROPH, Barret. Boomerang Litigation: How Convenient Is Forum Non Conveniens in Transnational Litigation? 2007. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2648717>. Acesso em 21 set. 2018.

¹¹ NICARAGUA. Ley Especial para la Tramitación de Juicios Promovidos por las Personas Afectadas por el uso de Pesticidas Fabricados a Base de DBCP. 2000. Disponível em: <<http://legislacion.asamblea.gob.ni/normaweb.nsf/b92aaea87dac762406257265005d21f7/545bec2a8b101dd8062571bc005edb9d?OpenDocument>> Acesso em: 05 de abr 2018.

¹² Bhopal, Índia. O pior desastre químico da história. Disponível em: <http://greenpeace.org.br/bhopal/docs/Bhopal_desastre_continua.pdf>. Acesso em: 21 set. 2018.

danos, de modo que as decisões proferidas mundo afora que têm frustrado as vítimas de danos provocados por corporações a obterem sua devida reparação, ou, pelo menos, dificultando esse processo e a doutrina do *Forum non Conveniens* tem contribuído para isso.

Assim, o presente trabalho tem o intuito de trazer à tona um panorama de como a referida doutrina vem sendo utilizada em casos dessa natureza, perfazendo uma espécie de mapeamento sobre os casos aqui examinados, avaliando o raciocínio feito pelos tribunais ao acatar (ou não) a doutrina.

A utilização da doutrina mostra-se prejudicada em casos dessa natureza, já que foge de sua característica precípua, qual seja, o estabelecimento de equilíbrio processual entre as partes envolvidas no processo, de modo que as empresas a usam como ferramenta de defesa processual.

Por isso, o trabalho foi organizado em dois capítulos. No primeiro capítulo, o objetivo é demonstrar a aplicabilidade da doutrina do *Forum non Conveniens*, de modo a justificar a sua criação, mostrando os benefícios processuais que a sua utilização traz à efetividade da prestação jurisdicional.

Superada a ideia de que esse instituto se trata apenas de mero mecanismo de defesa de empresas transnacionais, pretende-se mostrar como a doutrina passou a se tornar uma ferramenta de esquivo de responsabilidade de corporativas.

Apresentado esse contexto, o segundo capítulo tem a intenção de apresentar os efeitos da utilização da doutrina em processos dessa natureza, analisando os casos coletados e o respectivo raciocínio jurídico das decisões proferidas. Após, mostrar em que medida a utilização da doutrina implica numa maior morosidade processual, tanto no processo de conhecimento como no processo de execução¹³.

Mostrar, ainda, os efeitos que a utilização paulatina do *Forum non Conveniens* causam à forma de como algumas jurisdições se comportam frente ao tema, como, por exemplo, os *blocking statutes*.

¹³ Quanto à execução de sentença, tem-se o caso da Chevron. Disponível em <[http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Corte-Especial-rejeita-homologa%C3%A7%C3%A3o-de-senten%C3%A7a-que-condenou-Chevron-em-US\\$-10-bilh%C3%B5es-no-Ecuador](http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Corte-Especial-rejeita-homologa%C3%A7%C3%A3o-de-senten%C3%A7a-que-condenou-Chevron-em-US$-10-bilh%C3%B5es-no-Ecuador)>. Acesso em: 04 jun. 2018.

A partir dessa análise, comparar com os casos em que o *Forum Non Conveniens* foi colocado em pauta, mas não foi aceito, para concluir se, de fato, a doutrina se comporta como obstáculo à responsabilização das transnacionais.

1. A Doutrina Do *Forum Non Conveniens* Utilizada Como Técnica Processual Para Determinar A Competência

O título do trabalho traz a doutrina do *Forum non Conveniens* como um empecilho à responsabilização de Empresas Transnacionais. A partir do título, pode se pensar, à primeira vista, que o seu surgimento se deu para benefício das empresas em processos dessa natureza.

Para afastar essa perspectiva, o primeiro capítulo tem o objetivo de mostrar que a doutrina foi criada dentro do contexto de servir como alternativa a outra técnica de determinação de competência, o *Forum Shopping* e, depois, como o referido instituto passou a ser utilizado com finalidade diversa da qual foi criado.

1.1. O Surgimento do *Forum Non Conveniens* Como Alternativa ao *Forum Shopping*

Um processo, no âmbito civil, se inicia por iniciativa do autor, que o faz perante um juízo que seja competente para processar a demanda, sendo importante na medida em que determina se é possível ou não a análise de uma demanda.

Cada caso guarda em si particularidades, de modo que mais de um juízo pode ser competente para processamento de um feito. Trata-se dos foros concorrentes. Em casos dessa natureza, o autor escolhe dentre os foros possíveis e o faz em razão do foro que melhor atenda aos seus interesses. A esse fenômeno, dá-se o nome de Forum Shopping.

O uso do *Forum Shopping* foi admitido nos Estados Unidos a partir do caso *Internacional Shoe vs Washington*¹⁴, a qual a ré possuía sede em *Delaware*. Os empregados recebiam as encomendas da empresa, recebendo uma comissão pelo serviço de venda, realizado em *Washington*.

O estado de *Washington*, então, processou a empresa pelo fato desta não ter feito contribuições para um fundo de compensação de desemprego exigido. O réu argumentou que não mantinha negócios no estado¹⁵, de modo que a prestação dessa contribuição não lhe seria devida. A corte considerou que a

¹⁴ *International Shoe v. State of Washington*, 326 U.S. 310, 66 S. Ct. 154, 90 L. Ed. 95 (1945). Disponível em: <<https://supreme.justia.com/cases/federal/us/326/310/case.html>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

¹⁵ Aqui, entende-se que o réu se refere a não possuir lojas físicas em *washington*, apesar de possuir esses empregados comissionados.

jurisdição de *Washington* seria competente para processar o caso. Dessa forma, passou-se a considerar o *Forum Shopping* como instituto legítimo para que o autor escolhesse o foro o qual considera apropriado para tratar da sua demanda.

Entretanto, constitui tênue a linha entre o uso apropriado do *Forum Shopping* e o seu uso abusivo. Petsche¹⁶ elenca duas consequências do uso abusivo do *Forum Shopping*: a injustiça material reproduzida pela escolha da jurisdição por uma das partes e a denegação da justiça.

A primeira consequência deriva da possibilidade da sentença obtida pelo foro escolhido ser diferente de uma sentença que seria obtida pela jurisdição potencialmente competente, em razão de diferenças de leis materiais entre as jurisdições, sendo esta característica, contudo, inerente ao instituto do *Forum shopping*. Dessa forma, o autor pode escolher, dentre os foros competentes para processar a sua demanda, aquele que possua um corpo de leis mais favoráveis ao seu caso.

Quanto ao segundo motivo, a possibilidade de denegação de justiça advém da produção de provas: na hipótese de necessidade de produção de provas em jurisdição alheia à escolhida traria custos desnecessários e atrasos, provocando dilações impróprias ao processo.

Nesse contexto de instabilidade proporcionado pela escolha quase arbitrária da parte autora, obtendo vantagem sobre a ré¹⁷, surge na Escócia a doutrina do *Forum non Conveniens*, doutrina onde o próprio juiz pode invocar o uso da doutrina se entender que existe um juízo mais apropriado para julgar o mérito da demanda ou, ainda, pelo fato de que a provas poderiam ser melhor colhidas e apreciadas em outra jurisdição, por exemplo¹⁸.

Para tanto, Rechsteiner delimitou critérios para a caracterização e utilização do *Forum Non Conveniens*, sendo eles:

[...] Em primeiro lugar deve existir um foro diferente daquele onde foi instaurado o processo, sendo igualmente competente para julgar toda a lide. Esse foro deve ser o mais conveniente para as partes. Para

¹⁶ PETSCHKE, Markus. What's wrong with forum shopping? An attempt to identify and assess the real issues of a controversial practice. *International Lawyer*, v. 45, p. 1.005, 2011.

¹⁷ Um estudo feito por Christopher Cameron mostrou que em todos os casos em que a competência impugnada pelo réu foi mantida, desde o caso *Shoe vs Washington*, o demandante venceu a causa - Kevin R. Death of a salesman? Forum shopping and outcome determination under international shoe. *UC Davis Law Review*, v. 28, p. 779, 1994-1995.

¹⁸ WHITE, Robin M.; WILLOCK, Ian D.; MACQUEEN, Hector L. *The scottish legal system*. 5th ed. Edinburgh: Bloomsbury Professional, 2013. p. 8.

avaliar o critério da conveniência, são analisados no caso concreto os seus interesses privados (private interests) na lide. São levados em consideração entre outros, como interesses privados relevantes das partes: o acesso aos meios de prova, principalmente bens imóveis, bem como a residência das testemunhas, a exequibilidade da sentença e as despesas processuais. Não são relevantes, por outro lado, a aplicação de um direito mais favorável para uma das partes e o fato de um outro sistema jurídico não se equiparar àquele foro, desde que sejam garantidos os direitos fundamentais no processo para as partes, previstas também no ordenamento jurídico doméstico. Se não prevalecerem interesses privados por parte do autor ou do réu, o tribunal examinará em seguida a doutrina do forum non conveniens sob a perspectiva do interesse público envolvido. Nesse contexto, o tribunal possui um interesse legítimo de não dever julgar lides sem vínculo específico com o foro. Assim, sendo, pode ser considerado também que o tribunal não está familiarizado com o direito aplicável à causa a ser julgada. Finalmente, o foro mais conveniente (forum conveniens) deve tutelar a pretensão requerida no seu sistema jurídico com uma sanção adequada que seja comparável àquela existente no foro para que não exista a possibilidade de denegação de justiça para o autor da ação perante o foro alienígena¹⁹

Tomando como exemplo da aplicabilidade da doutrina no sentido original em que foi proposta, tem-se o caso Gilbert x Gulf Oil Corp²⁰: um morador do estado de Virgínia ajuizou ação na corte federal de Nova York contra uma corporação da Pensilvânia, que possuía negócios tanto em Virgínia quanto em Nova York, no intuito para buscar reparação pelos danos causados pela destruição de um armazém público em um incêndio, por negligência da ré.

A jurisdição foi considerada viável para processamento do feito, mas todos os fatos ocorreram em Virgínia, bem como a maioria das eventuais testemunhas residiam lá. Ademais, tanto as cortes estaduais e federais do estado seriam viáveis para o demandante e capazes de obter jurisdição sobre a ré. Portanto, julgou-se que haveria uma jurisdição mais adequada, aplicando-se a doutrina do *Forum Non Conveniens*, sendo o caso rejeitado.

Em análise ao caso mencionado, nota-se o respeito aos critérios estabelecidos por Rechsteiner, quais sejam: a existência de foro diverso do qual fora proposta a ação, igualmente competente para processá-la, sendo no caso o foro de Virgínia em detrimento do foro de Nova York.

Quanto à conveniência do foro para as partes, respeita-se tal pressuposto principalmente em relação à produção de provas e eventual necessidade de

¹⁹ RECHSTEINER, Beat Walter. Direito Internacional Privado – Teoria e Prática. Editora Saraiva. 18ª Edição. p. 274-275. 2016.

²⁰ ESTADOS UNIDOS. SUPREME COURT. Gulf Oil Corp vs. Gilbert, 330 U.S 501 (1947). DJ 10/03/1947. Disponível em: < <https://supreme.justia.com/cases/federal/us/330/501/case.html>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

testemunhas. Todos os fatos ocorreram em Virgínia, não trazendo ônus excessivo ao réu a realização de diligências para que seja alcançada uma defesa de qualidade. Ao mesmo tempo, não traz dilações desnecessárias à prestação jurisdicional por parte do juízo.

No tocante à executabilidade da sentença, tem-se que no presente caso o foro de Virgínia seria capaz de executar a sentença, fazendo com que esta não perdesse a sua eficácia; que a justiça não fosse denegada.

Tem-se, ainda, o exemplo do desastre ocorrido em 2007, no Brasil, com o airbus A320-233, da TAM. A aeronave partiu do Aeroporto Internacional de Porto Alegre para o Aeroporto de Congonhas, quando atravessou os limites da pista e se chocou com o prédio da TAM e um posto de gasolina, ocasionando a morte de passageiros, tripulação, além de pessoas que se encontravam em solo.

As famílias das vítimas ajuizaram ação contra a empresa Airbus S.A, na Flórida, pelo fato desta ser a fabricante da aeronave, além de possuir sede nos Estados Unidos.

A ação, contudo, foi rejeitada com base no *Forum non Conveniens* porque a corte distrital da Flórida considerou que a ação poderia ser proposta no Brasil, visto que testemunhas e documentos relevantes encontravam-se no território brasileiro. A corte afirmou, ainda, que iria respeitar a sentença proferida por corte brasileira²¹.

É importante ressaltar o detalhe apresentado por Rechsteiner de que é indiferente à doutrina do *Forum non Conveniens* as diferenças constantes no direito material das jurisdições competentes para processamento do feito para o seu acatamento ou não.

A análise por parte do tribunal do acolhimento ou não da doutrina recai meramente - ou pelo menos deve recair - sobre o âmbito processual. Por isso, a doutrina do *Forum non Conveniens* não constitui mecanismo de defesa, já que se respeita o equilíbrio que deve existir entre as partes, tratando-se, apenas, de uma doutrina que visa a melhor prestação jurisdicional possível.

Pelo exposto, nota-se que a doutrina do *Forum non Conveniens* surgiu como alternativa ao *Forum Shopping*, já que esta trazia demasiada vantagem ao

²¹ ESTADOS UNIDOS. District Court Case No. 07-21941-CIV-COOKE/McAliley. Disponível em: <<http://abrapavaa.com.br/wp-content/uploads/2017/02/decisao-eua-acidente-tam.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

autor e apresentava dificuldade ao réu, principalmente, apresentar uma defesa digna. Constitui-se, portanto, de uma doutrina legítima, criada com o intuito de resguardar o equilíbrio processual entre as partes, sem que exista vantagem a quaisquer delas, sem que prevaleça interesses das partes, seja por parte do demandante ou do réu.

Contudo, a doutrina estudada vem sendo utilizada de forma diversa por empresas transnacionais, que se valem dela como mecanismo de defesa processual, como será abordado ao longo do trabalho.

1.2 O Desvirtuamento Da Doutrina Do *Forum Non Conveniens* Pelo Seu Uso Diverso Por Parte De Empresas Transnacionais

Como visto no tópico anterior, a doutrina do *Forum Non Conveniens* foi criada em alternativa ao *Forum Shopping*, visando estabelecer um maior equilíbrio entre as partes, ao propor um foro mais adequado ao processamento do feito.

A aplicabilidade da doutrina mostra-se frágil, entretanto, quando envolve empresas multinacionais. Estas, por sua vez, têm se tornado cada vez mais poderosas²², bem como as fronteiras entre os países passaram a diminuir, de modo que elas passaram a possuir maior atuação no globo.

Os casos que envolvem empresas multinacionais são diferentes de casos em que não há esse tipo de parte. Isso se deve ao fato da estrutura complexa destas abrir espaço para que se utilize a doutrina do *Forum Non Conveniens* a seu favor, já que possuem uma sede em local distinto de onde os fatos ocorreram.

Dessa forma, uma ação ajuizada contra a sede da empresa abre a possibilidade que a doutrina seja provocada, de modo que outro foro seja escolhido, como ocorreu no episódio de derramamento de petróleo pela subsidiária da empresa *ConocoPhillips*, na China. Pescadores processaram a empresa na corte distrital de Houston, Texas, por ser esta a sede da empresa, mas a corte rejeitou a propositura da ação, bem como um pedido de depósito dos pescadores²³. A alegação da empresa para fundamentar a utilização do *Forum non Conveniens* foi de que cortes americanas não teriam jurisdição sobre os pedidos feitos pelos autores²⁴.

Dessa maneira, as empresas utilizam a doutrina do *Forum non Conveniens* de forma diversa da qual ela fora proposta no momento de sua criação, sendo tanto no momento inicial do processo, quanto na fase executória.

²² Em levantamento feito pela *Global Justice Now*, 69 das 100 maiores entidades econômicas do mundo são empresas multinacionais (2016).

²³ *Cong v Conoco*. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/109406645/Complaint-Cong-v-Conoco-Southern-District-Texas>>. Acesso em: 08 set. 2018.

²⁴ Caso semelhante ocorreu em *Delgado v. Shell Oil Co.*, 890 F. Supp. 1324 (S.D. Tex. 1995), onde a empresa ré requereu que a corte do Texas aplicasse a doutrina do *Forum non Conveniens* e rejeitasse os casos ali interpostos. Disponível em: <<https://law.justia.com/cases/federal/district-courts/FSupp/890/1324/1411147/>>. Acesso em: 08 set. 2018.

Em um momento inicial, a empresa invoca a doutrina do *Forum non Conveniens* como preliminar de mérito quando é acionada na jurisdição de sua sede pelas vítimas. Por possuírem sede em um país e atuação em diversos outros a viabilidade de utilização da doutrina não é questionada, sendo, portanto, possível.

Acatada a preliminar, a ação é rejeitada no foro que inicialmente foi proposta, de modo que os demandantes passam a ajuizar suas ações em outros foros. Nesse aspecto, o *Forum non Conveniens* passa a ser chamado de *Boomerang Litigation*²⁵, nome dado à doutrina em tom pejorativo, em alusão a esse efeito de “ida e volta” entre as foros competentes.

Como exemplo, temos o caso *DynCorp vs Arias*²⁶: a empresa *DynCorp* foi contratada pelo governo colombiano para combater a produção de drogas ilícitas, por meio do “Plano Colômbia”, que consistia, dentre outras práticas, pela pulverização de herbicidas pelas plantações, por meio de aviões²⁷.

Contudo, fazendeiros equatorianos da área fronteira com a Colômbia alegaram que suas plantações também estavam sendo afetadas pelos herbicidas, porque a *DynCorp* estaria pulverizando o herbicida nessa região. Ressalta-se que suas plantações em nada tinham a ver com a produção de drogas.

Em Setembro de 2001, um grupo desses fazendeiros ajuizou uma ação na Corte Federal do Distrito de *Columbia* contra a *DynCorp* sob o *Alien Tort Claims Act* (ATCA)²⁸, que, em tese, dá jurisdição a uma corte americana quando um processo, mesmo ocorrido no estrangeiro, envolva violações da lei das nações ou que ameace os Estados Unidos.

O ajuizamento se deu sob a alegação de que a *DynCorp* pulverizava os herbicidas de forma quase diária e inconsequente, causando danos à saúde dos habitantes locais, a destruição da plantação de alimentos e a morte de quatro

²⁵ CASEY, M. Ryan, RISTROPH, Elizaveta, *Boomerang Litigation: How Convenient Is Forum Non Conveniens in Transnational Litigation* (December 20, 2007). *Brigham Young University Law Review*, Vol. 4, No. 21, 2007. Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2648717>. Acesso em: 21 set. 2018.

²⁶ Nesse mesmo contexto de danos ocasionados pela *DynCorp* a fazendeiros equatorianos por causa do “Plano Colômbia”, outro exemplo é o caso *Quinteros et al v. Dyncorp et al*, No. 1:2007cv01042 (D.D.C. 2016).

²⁷ *Arias vs DynCorp* 856 F. Supp. 2d 46 (D.D.C. 2012). Disponível em: <<https://casetext.com/case/arias-v-dyncorp-4>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

²⁸ Lei que permite que uma corte americana seja provocada, mesmo que o delito civil não tenha acontecido sob território americano. 28 U.S.C. §1350

crianças em decorrência do produto ser altamente tóxico. Os autores do processo, enfim, alegaram que tal pulverização indiscriminada e sem qualquer planejamento por parte da *DynCorp*, incorreu em crime contra a humanidade e genocídio cultural.

A Empresa, por sua vez, alegou que todas as suas ações foram autorizadas pelo governo colombiano, sob as diretrizes do Plano Colômbia, devendo, portanto, a ação ser rejeitada, além do fato do pedido dos demandantes ir contra uma questão debatida no congresso americano, que implementou o Plano Colômbia, o que não é possível.

Importante salientar que o caso não poderia ser declinado para o Equador, já que a *ley 55* proibia que os cidadãos proponham a mesma ação que fora rejeitada por uma jurisdição estrangeira em face do *Forum non Conveniens*²⁹. Dessa maneira, se a ação não tivesse a permissão de tramitar na Corte Federal do Distrito de *Columbia*, os demandantes não teriam foro cabível no Equador.

Na fase executória, a dificuldade se dá no processo de homologação da sentença estrangeira, ou, ainda, no não reconhecimento, por parte dos réus, da sentença como legítima, como será visto adiante.

Há quem considere, inclusive, que a doutrina do *Forum non Conveniens* se trata, na verdade, de ferramenta de defesa processual, como assevera Renato Resende Beneduzi:

“Uma defesa processual (ora uma exceção, ora uma objeção) mediante a qual se pede a um juiz, competente embora em para julgar a demanda, que se recuse a julgá-la ao fundamento de que existe um outro foro mais apropriado para o seu julgamento. Daí falar-se de um foro que, embora a rigor competente, é inconveniente.”³⁰

Ao ser intitulada como “defesa processual”, a doutrina do *Forum non Conveniens* falha como proposta de se evitar a escolha arbitrária de um foro e trazer equidade às partes. Isso porque, com tal definição, percebe-se que a doutrina vem sendo utilizada como meio de defesa e não como meio de

²⁹ ESTADOS UNIDOS. *Arias v. DynCorp*, 856 F.Supp.2d 46, 51 (D.D.C.2012). Disponível em: <<https://casetext.com/case/arias-v-dyncorp-4>>. Acesso em: 21 set. 2018.

³⁰ BENEDUZI, Renato Resende. *Coleção Novo CPC – Doutrina Seleccionada*. 2016, p.799.

estabelecer o equilíbrio processual às partes, como proposta no momento de sua criação.

Em face do exposto, nota-se que o *Forum non Conveniens* não consegue abarcar os casos que envolvam empresas multinacionais de maneira aceitável, pelo que estas vêm se aproveitando da doutrina para não serem responsabilizadas, ou, pelo menos, para dificultar e atrasar esse processo.

2. Os Efeitos Dirimentes do *Forum non Conveniens* sobre a Responsabilidade das Empresas

O capítulo 1 teve por objetivo mostrar que parte das ações que envolvem o uso da doutrina do *Forum non Conveniens* são ajuizadas contra as empresas transnacionais. A partir do capítulo, percebeu-se que a doutrina apresenta dificuldade de aplicabilidade quando estas são partes de um processo.

O capítulo 2 tem o intuito de mostrar em maiores detalhes os efeitos do uso da doutrina do *Forum non Conveniens* sobre o processo de responsabilização dessas empresas, através da análise dos exemplos colhidos de casos que tiveram o uso do *Forum non Conveniens* em algum momento do trâmite.

2.1 O Declínio De Competência Por Parte Do Juízo Incorre Em Morosidade Processual

O primeiro problema a ser retratado é relacionado à morosidade processual. Os processos que envolvem transnacionais relacionam-se com múltiplas vítimas/autores, ou, ainda, com danos a direitos difusos, por exemplo. Dessa forma, formam-se lides complexas, que, por si só, já demandariam razoável tempo para a produção de uma sentença, favorável ou não.

Acatada a preliminar do *Forum non Conveniens*, o processo, que já estava tramitando no primeiro juízo, passa a outro foro, que não estava em contato com o demanda, dificultando o trâmite deste. Tal denegação limita o direito dos demandantes, já que impede que eles ajuizem ações em um foro, a princípio, competente.

Essa morosidade pode ser vista tanto quando o juízo não se reconhece adequado para julgar quanto para executar uma sentença, como será visto nos tópicos 2.1.1 e 2.1.2.

2.1.1 Quando o Juízo Não Se Reconhece Competente Para Julgar

As vítimas de empresas transnacionais começam a enfrentar dificuldades desde o ajuizamento da ação. Como se trata de demandas que envolvem, em sua maioria, danos ao meio-ambiente ou danos a um coletivo de vítimas, o percurso do processo até o julgamento resulta em maior tempo, sendo esta demora inerente a processos desta natureza por questões de oitiva de testemunhas e produção de perícia.

Sendo assim, quando a preliminar do *Forum non Conveniens* é levantada, a análise da preliminar demanda tempo, de modo que uma eventual aplicação da doutrina denota o reinício do processo em outra jurisdição.

No caso do desastre de Bhopal, o processo foi rejeitado com base na doutrina após a corte de Nova York considerar que a jurisdição indiana seria mais apropriada para processar o feito. Dessa forma, após um ano de trâmite na corte americana, o processo foi para outra jurisdição.

No caso *Arias v Dyncorp*, a corte distrital da Flórida, em 2007, considerou que o trâmite em sua jurisdição seria mais conveniente para os demandantes em detrimento à ré. A ré argumentou que quaisquer dos foros considerados (Foro colombiano ou Distrito da Flórida) seriam inconvenientes, haja vista que todos os demandantes teriam residência no Equador e teriam que se deslocar para um desses foros³¹. A corte considerou que o idioma seria uma barreira e a tradução, uma dificuldade, o que não aconteceria na jurisdição colombiana, já que ambos falam espanhol. Há, ainda a questão geográfica, sendo o país dos demandantes frotreiro ao da Colômbia. Decidiu-se pela transferência para o foro colombiano, 6 anos após a abertura do processo³².

Já no caso *Sarei v Rio Tinto*, a corporação buscou a rejeição do processo, que foi concedido em 2002³³. A empresa argumentou que as questões trazidas à corte não seriam apropriadas para julgamento de uma corte americana, porque

³¹ ESTADOS UNIDOS. *Arias v DynCorp*. Disponível em <<https://www.hollingsworthllp.com/uploads/23/doc/media.59.pdf>>. P. 11. Acesso em 07 set. 2018.

³² A ação foi ajuizada em Setembro de 2001 e a decisão que acatou o *Forum non Conveniens* foi em Maio de 2007.

³³ ESTADOS UNIDOS. *Sarei v. Rio Tinto*, PLC, 221 F.Supp.2d 1116 (C.D.Cal.2002). disponível em: <<https://www.courtlistener.com/opinion/2486248/sarei-v-rio-tinto-plc/>>. Acesso em: 09 set. 2018.

envolveriam atos do próprio Estado de Nova Papua Guiné e que seriam, portanto, questões políticas.

No caso envolvendo a empresa Total, os refugiados advindos de Myanmar tinham a intenção de recorrer a uma lei belga de 1993 sobre Jurisdição Universal³⁴, que prevê cortes belgas que possuem jurisdição sobre crimes contra à humanidade e crimes de guerra, mesmo que cometidos fora de território belga.

Em março de 2007, a *Cour de cassation* rejeitou todo o processo, afirmando que a ação só poderia continuar com base na lei modificada pela Corte Constitucional se a modificação favorecesse a ré³⁵.

Voltando ao desastre de Bhopal, a defesa da empresa trouxe peticionou ao juízo para que se rejeitassem os processos contra ela interpostos baseando-se na doutrina do *Forum non Conveniens*.

Os demandantes foram contrários à aplicação da doutrina, baseando sua alegação em cinco pontos: i) a capacidade de um juízo indiano julgar o caso, devido a sua complexidade; ii) a eficácia do sistema judicial indiano, no tocante à celeridade de processamento do feito; iii) a qualidade de representação de advogados locais; iv) a capacidade do corpo legislativo indiano em conter fundamento legal suficiente para o julgamento adequado do caso e; v) a lei processual indiana e a possibilidade de que as partes recebessem um julgamento adequado³⁶.

Em sua análise, a Corte de Nova York rebateu esses pontos da seguinte maneira: i) quanto ao argumento da capacidade do juízo indiano, foi alegado que os demandantes não apresentaram evidências para reforçar a alegação de que o sistema legal indiano não teria capacidade para processar a complexidade que o caso de Bhopal exigiria; ii) quanto à questão dos atrasos do sistema processual indiano, constatou-se que o número de juízes por pessoa no Índia seria, de fato,

³⁴ BÉLGICA. *Loi relative à la répression des violations graves du droit international humanitaire*. Disponível em: <<http://www.refworld.org/cgi-bin/texis/vtx/rwmain/opendocpdf.pdf?reldoc=y&docid=52f4e1c34>>. Acesso em: 09 set. 2018.

³⁵ BÉLGICA. *Cour de cassation de Belgique*. Disponível em: http://jure.juridat.just.fgov.be/pdfapp/download_blob?idpdf=F-20070328-10. Acesso em: 21 set. 2018.

³⁶ In *Re Union Carbide Corp. Gas Plant Disaster*, 634 F. Supp. 842 (1986) Disponível em: <<https://law.justia.com/cases/federal/district-courts/FSupp/634/842/1885973/>>. Acesso em: 05 set. 2018.

menor que nos Estados Unidos, o que provocaria atrasos, mas que tribunais dos Estados Unidos também estariam sujeitos a tais atrasos. Considerou, ainda, que o processo não seria tocado de maneira ordinária³⁷ e; iii) no tocante à capacidade processual dos tribunais para seguir com o processo.

Preocupou-se, ainda, na análise da capacidade de defesa da *Union Carbide* em um juízo indiano. A corte concluiu que um foro indiano teria melhores condições quantos às provas. Considerou a necessidade de oitiva de testemunhas e os custos relacionados ao transportes delas para os Estados Unidos teria uma dispendiosidade desnecessária, já que havia o foro indiano como competente.

O tribunal decidiu, então, pela aplicação da doutrina do *Forum non Conveniens* sob duas condições: que a ré consentisse em se submeter à jurisdição indiana e a obediência da empresa à execução da sentença, em caso favorável.

Em análise à decisão que rejeitou o processo com base na doutrina do *Forum non Conveniens*, os demandantes alegaram, na tentativa de que o processo não fosse processado na Índia, que a lei indiana não seria capaz de avaliar adequadamente o caso. Entretanto, como visto anteriormente, não é da alçada da doutrina a análise de eventuais diferenças de lei material entre os foros. Portanto, tal argumento não mereceria prosperar, o que, de fato ocorreu, mas sobre o argumento de que não é objetivo da doutrina cuidar de diferenças materiais de lei.

Com a análise dos casos, conclui-se que não há, por parte das empresas, abuso quando estas invocam a doutrina do *Forum non Conveniens*. A doutrina tem o objetivo de que o juízo mais apropriado trate do tema e, pelo menos no tocante às provas, o foro de onde ocorreram os fatos é, de fato, melhor para tal.

Isso se dá porque os gastos com transporte se mostram desnecessários, bem como a realização de provas demoraria mais, em virtude da requisição por carta rogatória.

³⁷ O governo indiano promulgou uma lei especialmente para esse desastre, o *Bhopal Gas Leak Disaster Act*, que dá a ele o direito exclusivo para representar as vítimas do acidente, assegurando um julgamento célere. Disponível em: <<https://indiankanoon.org/doc/1510537/>>. Acesso em: 05 de set. 2018.

Ademais, não se nota interpretações equivocadas por parte dos tribunais processantes. Em suas decisões de declínio de competência, concluíram que há um foro que seja mais adequado para julgamento do feito, seja em razão da ocorrência dos fatos em local diverso do ajuizamento do processo, seja pela burocracia excessiva que seria a demanda ser julgada por eles, o que não é uma constatação descabida.

O que se pode perceber, entretanto, é um equívoco no momento em que os requerentes tentam defender que o processamento do feito não seja declinado. No caso do desastre de Bhopal, por exemplo, foi alegado que a lei material do foro concorrente não seria capaz de processar o feito de forma eficaz. Contudo, como apresentado ao longo do trabalho, não é objetivo da doutrina julgar a aplicação da melhor lei material ao caso, sendo esta, portanto, uma arguição ineficaz para a reconsideração da aplicação da doutrina.

Conclui-se que a doutrina do *Forum non Conveniens* não está sendo utilizada de forma diversa por parte das empresas transnacionais, tampouco sendo má interpretada pelos tribunais. O que acontece, entretanto, é que a doutrina do *Forum non Conveniens* abre a possibilidade que as empresas se aproveitem da doutrina para atrasar o trâmite do processo. Exluindo-se eventual má-fe por parte das transnacionais, trata-se de uma falha da doutrina nesse ponto.

2.1.2. A Perda De Eficácia Da Doutrina Resultante Da Renúncia De Um Juízo Para Executar A Sentença

Falou-se, até agora, sobre a recusa do tribunal ao qual, inicialmente escolhido para processar o feito. Mas surge um novo problema quando há sentença proferida pelo foro declinado e o processo passa à fase executória, como será melhor visto com o exemplo a seguir.

Caso *Aguinda vs Chevron*³⁸: multiplicidade de jurisdições competentes para executar a sentença não reflete em sua eficácia. A Texaco abriu uma filial no Equador na década de 60, permanecendo por cerca de 30 anos, quando encerraram suas atividades. Apesar de possuir recursos para evitar a contaminação do ambiente para extração de petróleo, utilizou-se, em durante todo o período, de técnicas rudimentares que acarretaram em danos ambientais, com “piscinas tóxicas”, em razão, unicamente, de tais técnicas serem mais econômicas.

Um processo foi ajuizado contra a sede da Texaco em 1993, nos Estados Unidos. Contudo, em 2002 foi aplicada a doutrina do *Forum non Conveniens* e o processo foi extinto sem resolução de mérito. O processo foi então para o Equador.

Nesse ínterim, a empresa Chevron havia adquirido a empresa Texaco e alegou que jamais atuou no referido país, de modo que não merecia herdar a *lide* da empresa incorporada. Mesmo com tais protestos, o caso foi julgado em 2002 e a Chevron foi condenada no montante de 18 bilhões de dólares, reduzido, posteriormente, para 8.6 bilhões, em razão da retirada de sanções punitivas.

Entretanto, à época da sentença, a Chevron não mais possuía bens ou qualquer outra espécie de patrimônio no Equador, o que dificultaria a execução da sentença. Dessa forma, explodiram pedidos de homologação de sentença por

³⁸ ESTADOS UNIDOS. *Aguinda v Texaco, Inc.*, F. Supp. 2d 534 (S.D.N.Y. 2001). Acesso em: 03 jun 2018.

partes dos demandantes, cerca de trinta mil equatorianos, na Argentina³⁹, Brasil⁴⁰ e Canadá⁴¹.

Na Argentina, o processo de homologação da sentença equatoriana não obteve êxito: o *Juzgado Civil 61* considerou que sua jurisdição não seria a correta para tratar do reconhecimento dessa sentença estrangeira, pelo fato da empresa não bens nem domicílio na Argentina.

No Brasil, para que uma sentença estrangeira seja homologada, ela precisa obedecer aos requisitos constantes no art. 963, do Código de Processo Civil de 2015:

Art. 963. Constituem requisitos indispensáveis à homologação da decisão:

- I- Ser proferida por autoridade competente;
- II- Ser precedida de citação regular, ainda que verificada a revelia;
- III- Ser eficaz no país em que foi proferida;
- IV- Não ofender a coisa julgada brasileira;
- V- Estar acompanhada de tradução oficial, salvo disposição que dispense a prevista em tratado;
- VI- Não conter manifesta ofensa à ordem pública.

Salienta-se que, ao menos no Brasil, não há uma nova análise no mérito da questão, há, apenas, a verificação quanto ao cumprimento dos requisitos aventados no art. 963 do CPC.

Diante dos requisitos analisados, o voto do relator, Ministro Felipe Salomão, do STJ, órgão responsável pela homologação de sentenças estrangeiras no Brasil, referiu-se ao último inciso do artigo, a ofensa à ordem pública.

Tem-se um conceito abstrato sobre o que seja ordem pública⁴², já que este instituto é dotado de relatividade e contemporaneidade. Dessa forma, cada

³⁹ ARGENTINA, Aguinda Salazar Maria Y Otros C/ Chevron Corporation S/Exequatur Y Reconocimiento De Sentencia Extr. octubre de 2017. Disponível em <<http://theamazonpost.com/wp-content/uploads/2017/11/SE-RESUELVE.pdf>>. Acesso em: 03 jun 2018.

⁴⁰ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. SEC nº 8542 – Voto do Relator, 29 nov 2017.

⁴¹ CANADÁ, *Court of Appeal for Ontario*, Yaiguaje v. Chevron Corporation, 2018 ONCA 472. Disponível em <<http://www.ontariocourts.ca/decisions/2018/2018ONCA0472.pdf>>. Acesso em 03 jun. 2018.

⁴² Independentemente de quem tenha sido, a ordem pública é um dos mais fortes pilares de sustentação do direito internacional privado, na medida em que pode conter/deter/impedir a aplicação do direito estrangeiro mesmo quando a norma de solução de conflito de leis manda aplicá-lo. Razão pela qual devemos sempre buscar o “equilíbrio” entre a obrigação de aplicar o direito estrangeiro (como se juiz estrangeiro fosse) e o respeito à ordem pública local (BASSO, Maristela. Curso de Direito Internacional Privado. São Paulo: Atlas, 2009, p.262).

país possui sua própria definição do que seria ordem pública, sendo que o conceito pode variar dentro da mesma sociedade em momentos distintos da sua história⁴³. Contudo, segundo o autor, “a ordem pública engloba um corpo de princípios que remete aos valores sociais, morais e econômicos de uma sociedade”. No caso concreto, considerou-se que a sentença proferida pelo tribunal equatoriano feriu o devido processo legal, pela alegação de fraude por parte da Chevron.

Adentramos, aqui, em ponto controverso: a fraude alegada pela transnacional, na verdade, foi uma campanha de desprestígio feita pela Chevron em relação às instituições equatorianas, de modo a deslegitimar as sentenças proferidas pelo Poder Judiciário do país, alegando que as provas produzidas pelos demandantes foram feitas de forma fraudulenta, sendo ajudada, inclusive, pelo governo equatoriano. Nesse ponto, a Chevron conseguiu decisões favoráveis sobre o processo fraudulento na produção de provas em cortes americanas, que se julgaram menos adequadas para julgamento do feito⁴⁴.

Ademais, afirmou da falta de legitimidade do polo passivo, por entender que a Chevron Brasil seria subsidiária indireta da Chevron Corporation, com personalidade jurídica própria e patrimônio independente, ocasionando, assim, a ilegitimidade passiva da empresa sediada no Brasil⁴⁵. Por esses motivos, a sentença proferida em solo equatoriano não foi homologada pelo STJ.

No Canadá, entendimento semelhante ocorreu: a Chevron Canadá é subsidiária indireta da transnacional Chevron Corporation e, portanto, não poderia responder por uma sentença condenatória desta. Desse modo, a sentença equatoriana também não foi homologada no Canadá.

Diante dessas decisões não homologadas, conclui-se que foi se construindo um sistema que dificulta a responsabilização das empresas

⁴³ SCHAEGLER, Nestor. O princípio da ordem pública no Direito Internacional Privado: história, revisão crítica e perspectivas. Dissertação (Dissertação em direito) – Faculdade de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul, p. 32. 2012.

⁴⁴ BREGA, Gabriel Ribeiro, O Processo De Homologação Da Sentença Do Caso Chevron No Brasil – Uma Análise Da Ação SEC Nº 8542 E A Importância De Um Tratado Internacional Sobre Empresas E Direitos Humanos.

⁴⁵ Aqui se vê mais um mecanismo de defesa de empresas transnacionais em face de sua responsabilização, a formação das chamadas *joint ventures*, empresas que possuem personalidade jurídica própria, impossibilitando a sua responsabilização por ações de empresas que não sejam elas mesmas, apesar de fazerem partes do mesmo grupo societário.

transnacionais: a empresa fragmenta-se em *joint ventures*, passa a atuar em determinado país, alheio à sede da empresa originária e provoca danos nele. As vítimas, então, ajuizam ação no país sede da empresa, que alega a existência de um foro mais adequado para processamento dessa ação⁴⁶ (*Forum non Conveniens*).

Após anos de análise da jurisdição originária, conclui-se que, de fato, há um juízo que possa ser melhor para o julgamento do tema, de modo que o processo se encaminha para ele. Passados mais alguns anos até o julgamento da sentença, a empresa, que, a princípio, havia se submetido à jurisdição local, passa a deslegitimar as suas decisões, confirmado pelo tribunal que, anteriormente, havia concluído que este foro seria mais adequado para julgamento da ação. Além disso, não mais atua naquele país, dificultando, assim, a execução de eventual sentença favorável.

Frisa-se que, apesar de revestido de legalidade, tal sistema traz dificuldades às vítimas para obtenção de reparação dos danos cometidos por empresas transnacionais. Vê-se, a princípio, o surgimento de alguns problemas quando as empresas e tribunais utilizam da doutrina do *Forum non Conveniens*, que seriam: a denegação de justiça, o aumento da espera para obtenção de uma resposta judicial e maior dificuldade para executar a sentença, em caso favorável.

Quanto à denegação da justiça, esta se dá porque o demandante, ao propor a ação, o faz dentro de um universo de jurisdições possíveis para a sua demanda. Com a declinação da competência para outro foro, entretanto, o *Forum non Conveniens* limita, ou mesmo retira, o direito do autor em propor a ação naquela jurisdição, especificamente.

No tocante à demora para a obtenção de uma resposta judicial, ficou mostrado ao longo do trabalho que a análise da preliminar demanda tempo, ou, pelo menos, o proferimento da sentença. Trata-se de um tempo a mais para processos complexos. No caso apresentado nesse tópico, por exemplo, foram nove anos para que fosse determinado o ajuizamento do processo no Equador

⁴⁶ GALIL, Gabriel. A Responsabilidade Das Joint Ventures Transnacionais Por Violações De Direitos Humanos: Um Estudo À Luz Do Caso Samarco. Dissertação. Homa – Centro De Direitos Humanos e Empresas, p. 13. 2016.

(o processo foi ajuizado em 1993 e extinto sem resolução de mérito em 2002 em razão do *Forum non Conveniens*). Trata-se, portanto, de uma doutrina que expõe as partes a uma experiência ainda mais desgastante no âmbito judicial.

Por fim, como visto, apesar de ser mais adequado, o juízo local encontra maiores dificuldades para execução. No caso *Aguinda vs Chevron*, mesmo que obtida uma sentença de mérito favorável, esta precisou passar por um processo de homologação, visto que a transnacional não possuía bens ou qualquer outro tipo de patrimônio no Equador.

Aqui, talvez, seja o maior problema da utilização da doutrina do *Forum non Conveniens*. Apesar de parecer apenas um mero procedimento formal, como apresentado no art. 963 do CPC, a homologação da sentença esbarra no conceito abstrato da ordem pública. Mas o maior impasse reside no simples fato da necessidade de homologação da sentença em outra jurisdição.

A doutrina, que prega a escolha de um foro mais adequado para processar o caso, perde sua eficácia se esse foro não consegue executar a sentença proferida. Essa falta de eficácia pode chegar ao cúmulo da *lide* que fora encaminhada para o país de onde ocorreram os fatos retornar à jurisdição que declinou da competência em seu favor, para que esta seja homologada, por exemplo.

Percebe-se, portanto, que a doutrina perde sua aplicabilidade quando a declinação da competência vai para um juízo que não consegue executar a sua própria sentença proferida, como ocorreu no caso *Aguinda vs Chevron*.

2.2 Das Consequências Legislativas que a Forma Como o *Forum Non Conveniens* É Usado Pelas Transnacionais Traz às Jurisdições Processantes

O uso da doutrina do *Forum non Conveniens* pelas empresas transnacionais de forma diversa da que ela fora proposta em sua criação acarreta em consequências na responsabilização destas.

Em razão desse fato, algumas jurisdições vêm buscando soluções para conseguir imputar sentenças mais justas. Por isso, o tópico analisará o fenômeno das Leis-Barreiras, leis que tentam barrar o uso da doutrina.

As empresas multinacionais procuram maximizar os seus lucros da maior forma possível. Consegue-se isso por meio de técnicas de produção que sejam mais econômicas, mesmo que prejudiquem o meio ambiente, como foi o caso da Chevron, apresentado no tópico anterior.

Outra maneira de melhorar os lucros é buscar mão-de-obra mais barata, de modo que as empresas transnacionais encontram tal condição, muitas vezes, na América Latina. Nesse sentido, esses países vêm enfrentando problemas com a atuação sem as devidas precauções das empresas, com a consequente falta de responsabilização proporcional por danos provocados contra o seu meio-ambiente e população⁴⁷. Para tentar dificultar a utilização da doutrina do *Forum non Conveniens* como ferramenta de defesa, países latinos têm buscado soluções legislativas.

É de se ressaltar que os países como Honduras, Nicarágua e Equador⁴⁸ possuem tradição de *Civil Law*, que deixa difícil o encaixe da doutrina do *Forum non Conveniens* com tal tradição legal. Em Honduras, por exemplo, o art. 138 da *ley de organización y atribuciones de los tribunales*⁴⁹ também trata da impossibilidade de ajuizamento de ação em jurisdição diversa daquela que fora ajuizada anteriormente, ainda que exista fato superveniente:

⁴⁷ É possível citar *Alfaro vs Dow Chem* 751 S.W.2d 208 (Tex. App. 1988), que se refere a demandantes residentes da Costa Rica que utilizaram pesticida da referida empresa, causando-lhes danos severos. Disponível em: < <https://www.courtlistener.com/opinion/1518187/alfaro-v-dow-chemical/>>. Acesso em: 21 set. 2018.

⁴⁸ Após pesquisa, foram países onde o fenômeno das Leis-Barreira foi observado.

⁴⁹ HONDURAS. *Ley de Organización y atribuciones de los tribunales*. 1987. Disponível em < <http://www.poderjudicial.gob.hn/CEDIJ/Documents/Ley%20de%20Organizacion%20y%20Atribuciones%20de%20los%20Tribunales%20%28LOAT%29.pdf>> Acesso em: 05 jun 2018.

Artículo 138. Radicado con arreglo a la ley el conocimiento de un negocio ante el Juez o Tribunal competente, no se alterará esta competencia por causa sobreviniente.

As cortes americanas, portanto, não respeitam ou não se atentam às leis desses países ao rejeitarem uma ação e determinarem que ela seja interposta nessas jurisdições. Com isso, começaram a surgir os *Blocking Statutes* ou Leis-Barreira, que são leis com o objetivo de tentar atrapalhar o uso da doutrina do *Forum non Conveniens*, na tentativa de reforçar as regras que tratam de jurisdição⁵⁰.

O Equador promulgou uma lei que entregava nova interpretação os art. 27, 28 e 29 do *Código De Procedimiento Civil*⁵¹, na tentativa de que, uma vez ajuizada uma ação em foro que não o equatoriano, sua competência para aquela matéria se extinguiria:

Art. 1 Without prejudice to their literal meaning, articles 27, 28, 29 and 30 of the Code of Civil Procedure shall be interpreted in the sense that in case of concurrent international jurisdiction, the plaintiff may freely choose between bringing suit in Ecuador or in a foreign country, except when an explicit statute provides that the matter shall be exclusively settled by Ecuadorian courts, such as in the case of a divorce action of an Ecuadorian national who contracted marriage in Ecuador. If a suit were to be filed outside Ecuador, the national competence and jurisdiction of Ecuadorian courts shall be definitely extinguished.⁵²

A Nicarágua criou a *ley 364*⁵³ justamente para barrar a utilização da doutrina, na tentativa de proteger seus cidadãos de eventuais danos causados e decorrentes dificuldades de responsabilização.

Nesse sentido, a referida lei merece breves comentários:

Artículo 1.- La presente Ley tiene por objeto regular y facilitar el procedimiento para la tramitación de juicios en materia de indemnización a las personas afectadas en su salud física, psicológica o patológica, por el uso y la aplicación del plaguicida DBCP, 1.2 dibromo-3-cloropropano y sus derivados, conocido en nuestro país bajo los nombres de NEMAGON y FUMAZONE, entre otros, mismos que se han utilizados en los diferentes cultivos y plantaciones del país.

⁵⁰ DAHL, Henry Saint. *Forum Non Conveniens, Latin America and Blocking Statutes*, 35 U. Miami Inter-Am. L. Rev. 21 (2004)

⁵¹ EQUADOR, *Ley de Procedimiento Civil*. 2005. Disponível em: <<http://www.planificacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/04/Codigo-de-Procedimiento-Civil.pdf>>. Acesso em: 05 jun 2018.

⁵² Lei traduzida para o inglês, DAHL, Henry Saint. *Forum Non Conveniens, Latin America and Blocking Statutes*, 35 U. Miami Inter-Am. L. Rev. 21 (2004)

⁵³ NICARAGUA. *Ley Especial para la Tramitación de Juicios Promovidos por las Personas Afectadas por el uso de Pesticidas Fabricados a Base de DBCP*. 2000. Disponível em <<http://legislacion.asamblea.gob.ni/normaweb.nsf/b92aaea87dac762406257265005d21f7/545bec2a8b101dd8062571bc005edb9d?OpenDocument>> Acesso em: 04 jun. 2018.

O composto mencionado no texto do artigo, DBCP, é um inseticida muito usado no país, em plantações de bananas, principalmente, onde os trabalhadores das plantações passaram a sofrer com a exposição paulatina do produto e, por consequência, acabaram por desenvolver doenças⁵⁴.

Já o artigo 3º é resultado da quantidade de processos interpostos nos Estados Unidos, foro concorrente ao da Nicarágua, por causa da empresa-matriz ser, geralmente, de nacionalidade americana:

Artículo 3.- Las empresas demandadas en los Estados Unidos de América que por haber optado a que se transfieran los juicios a tribunales nicaragüenses y actualmente estén siendo demandadas en tribunales de nuestro país, una vez demostrado los alcances de la demanda en el respectivo proceso judicial, tendrán la obligación de indemnizar con una suma mínima equivalente a Cien Mil Dólares Norteamericanos, o su equivalente en Córdobas al tipo de cambio oficial vigente al momento del pago de dicha indemnización, dependiendo de la gravedad del caso, a cada afectado que haya presentado demanda en nuestros tribunales y que se comprare que haya sido afectado física o psicológicamente en su salud.

Em seu artigo 4º, surge uma tentativa concreta de tentar desestimular que as transnacionais usem a doutrina do *Forum non Conveniens* para que um processo, inicialmente ajuizado em uma corte americana, seja declinado para uma corte da Nicarágua, realizando depósito em juízo:

Artículo 4.- Las empresas demandadas deberán depositar para garantizar las resultas del juicio dentro de los noventa (90) días de haberse iniciado los juicios respectivos ante los tribunales de la República, la suma de cien mil Dólares o su equivalente en Córdobas al tipo de cambio oficial vigente al momento del depósito en el juzgado respectivo como condición procesal para poder tener participación en el juicio. Las personas que se presenten como parte demandante gozarán por estricto imperio de la presente Ley del beneficio de pobreza establecido en nuestra legislación vigente.

Mesmo com o objetivo definido, a produção de tais leis, contudo, não se mostra pertinente. Isso se dá por dois motivos: o primeiro relaciona-se à mitigação do direito que um autor de eventual ação pode ter em acessar jurisdições estrangeiras que uma Lei-Barreira pode causar.

Nesse sentido, o dispositivo interpretativo dos art. 27, 28 e 29, do *Código De Procedimiento Civil* do Equador, apresentado supra, foi considerado

⁵⁴ ESTADOS UNIDOS. Delgado x Shell Oil Co. 890 F. Supp. 1324 (S.D. Tex. 1995). Disponível em: <<https://law.justia.com/cases/federal/district-courts/FSupp/890/1324/1411147/>>. Acesso em: 09 de set. 2018.

inconstitucional pela Corte Constitucional do país por apresentar problemas em sua forma, prejudicando o demandante⁵⁵.

O outro problema seria justamente a (falta de) afinidade da doutrina do *Forum no Conveniens* com o sistema judicial dos países da América Latina. Como visto, acatada a preliminar da doutrina, dispositivos legais importantes, como o Código de Processo Civil desses países são violados. Assim, mesmo que promulgadas especificamente para tratar do assunto, encontram incompatibilidade com a própria doutrina, dificultando a produção de uma lei eficaz.

Dessa forma, mesmo que identificado o problema, por parte das jurisdições processantes, de adequação da doutrina do *Forum non Conveniens* com casos que envolvem empresas transnacionais, acarretando em maior dificuldade de responsabilização destas, o produto que foi encontrado como solução (ou, pelo menos, mitigação do problema), ainda esbarra nos aspectos apresentados.

⁵⁵ Foi feito o seguinte exercício mental: se o demandante ajuizasse uma ação perante um tribunal que não fosse uma corte equatoriana e caso aquele tribunal se declarasse incompetente para processar a ação, qualquer juízo equatoriano também o seria, já que a ação já fora interposta em outra jurisdição, extinguindo-se, portanto, o direito do autor em ajuizá-la perante uma corte do Equador. *Registro Oficial. Organo Del Gobierno Del Ecuador*. Disponível em: <<https://www.derechoecuador.com/registro-oficial/2002/05/registro-oficial-9-de-mayo-del-2002#anchor433904>>. Acesso em: 21 set. 2018.

CONCLUSÃO

Como visto ao longo do trabalho, a doutrina do *Forum non Conveniens* surgiu como alternativa ao *Forum Shopping* e, nesse sentido, cumpriu seu papel de fornecer um foro mais adequado para julgamento do feito.

Do ponto de vista jurídico, a partir da análise dos casos que envolvem empresas transnacionais, nota-se que os juízos foram coerentes com a doutrina quando aplicam a doutrina. O pensamento de que o foro de onde ocorreram os fatos ser melhor para o processamento do feito, por entender que provas e testemunhas se encontram naquela jurisdição, é aspecto basilar do *Forum non Conveniens*.

Contudo, do ponto de vista prático, a doutrina apresenta problemas quanto à aplicabilidade, que se resumem em dois: o processo ganha uma morosidade indesejada, até mesmo porque a doutrina tem por objetivo de que o processo declinado seja julgado de forma melhor, por um foro mais adequado. A celeridade processual deve ser levada em conta, já que o tempo demandado para julgamento de um processo também é avaliado para se determinar a qualidade de uma prestação jurisdicional.

O segundo problema de aplicabilidade da doutrina diz respeito ao processo de execução da sentença, em caso favorável. Como visto no caso envolvendo a empresa *Chevron*, após a declinação da competência para o foro equatoriano, a sentença precisou passar por um processo de homologação em outros países, já que a empresa não possuía mais patrimônio no Equador. Uma sentença que não pode ser executada mostra que a escolha daquele foro não foi adequada⁵⁶.

Dessa forma, apesar de constituir uma doutrina legítima, que possui relevância e utilidade prática, a doutrina do *Forum non Conveniens*, quando aplicada em casos que envolvem empresas transnacionais não apresenta sua característica primordial: a manutenção do equilíbrio processual entre as partes.

⁵⁶ Aqui se faz a ressalva de que o caso da Chevron envolve outros detalhes, de modo que a doutrina do *Forum non Conveniens* não seja o único motivo de dificuldade de responsabilização da empresa, já que foi colocado em questão a legitimidade do processo em si, que possuía indícios de fraude. Ainda assim, uma jurisdição que não consegue executar a sua sentença por falta de patrimônio que se possa executar mostra que a escolha desta jurisdição foi equivocada.

Mesmo não sendo usada de forma desvirtuada pelas empresas, que não se valem de interpretação ambígua da doutrina ou algo do tipo, esta dificulta, de fato, a responsabilização das empresas. Trata-se, portanto, de uma brecha da doutrina, que não consegue servir para casos que têm empresas transnacionais envolvidas da mesma maneira que os casos que não têm, de modo que uma mudança de foro dá às rés o benefício do atraso do trâmite e a perspectiva de prêmios menores em tribunais estrangeiros.

Como visto, a criação de Leis-Barreira não conseguiram atingir o seu objetivo de impedir o uso da doutrina do *Forum non Conveniens* por empresas transnacionais. Assim, há duas possibilidades possíveis de se enxergar para que tal problema se resolva: i) que a doutrina seja adaptada para continuar constituindo uma ferramenta que faz com que não haja vantagem para quaisquer das partes ou ii) que simplesmente seja excluída a possibilidade de utilização desta quando envolver transnacionais, dada a significativa alteração de significado da doutrina quando trata de casos com tal particularidade, constituindo um mecanismo que atrapalha a responsabilização de empresas transnacionais.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA, Aguinda Salazar Maria Y Otros C/ Chevron Corporation S/Exequatur Y Reconocimiento De Sentencia Extr. octubre de 2017. Disponível em <<http://theamazonpost.com/wp-content/uploads/2017/11/SE-RESUELVE.pdf>>. Acesso em: 03 jun 2018.

BASSO, Maristela. Curso de Direito Internacional Privado. São Paulo: Atlas, 2009.

BÉLGICA. *Loi relative à la répression des violations graves du droit international humanitaire*. Disponível em: <<http://www.refworld.org/cgi-bin/texis/vtx/rwmain/opendocpdf.pdf?reldoc=y&docid=52f4e1c34>>. Acesso em: 09 set. 2018.

BENEDUZI, Renato Resende. Coleção Novo CPC – Doutrina Seleccionada. 2016.

BERNARDI, Vanessa de Oliveira. Internacionalização do Processo Civil: A Adoção da Doutrina do *Forum Non Conveniens* como um Princípio para Combater a Ocorrência do *Forum Shopping* e da Litispendência Internacional. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos. São Leopoldo. 2016. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/5585>>. Acesso em: 21 set. 2018.

BRASIL. Lei n. 13.015, de 16 de mar. de 2015. Código de Processo Civil, Brasília, DF, mar 2015. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em: 21 set. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. SEC nº 8542 – Voto do Relator, 29 nov 2017.

BREGA, Gabriel Ribeiro, O Processo De Homologação Da Sentença Do Caso Chevron No Brasil – Uma Análise Da Ação SEC Nº 8542 E A Importância De Um Tratado Internacional Sobre Empresas E Direitos Humanos.

CAMARGO, Solano de. *Forum shopping*: modo lícito de escolha de jurisdição? Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-21122015-193317/pt-br.php>>. Acesso em 21 set. 2018.

CAMERON, Christopher. Death of a salesman? Forum shopping and outcome determination under international shoe. UC Davis Law Review, v. 28. 1994-1995.

CANADÁ, *Court of Appeal for Ontario*, Yaiguaje v. Chevron Corporation, 2018 ONCA 472. Disponível em <<http://www.ontariocourts.ca/decisions/2018/2018ONCA0472.pdf>>. Acesso em 03 jun. 2018.

CASEY, M. Ryan; RISTROPH, Elizaveta. Boomerang Litigation: How Convenient Is *Forum Non Conveniens* in Transnational Litigation (December 20, 2007). Brigham Young University Law Review, Vol. 4, No. 21, 2007. Disponível em:

<https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2648717>. Acesso em 21 set. 2018.

DAHL, Henry Saint. *Forum Non Conveniens, Latin America and Blocking Statutes*, 35 U. Miami Inter-Am. L. Rev. 21 (2004). Disponível em: <<https://repository.law.miami.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com.br/&httpsredir=1&article=1189&context=umialr>>. Acesso em: 21 set. 2018.

DIDIER JR., Fredie. Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. 19 ed. – Salvador: Ed. Jus Podivm, 2017.

EQUADOR, *Ley de Procedimiento Civil*. 2005. Disponível em: <<http://www.planificacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/04/Codigo-de-Procedimiento-Civil.pdf>>. Acesso em: 05 jun 2018.

ESTADOS UNIDOS. *Aguinda v Texaco, Inc.*, F. Supp. 2d 534 (S.D.N.Y. 2001).

ESTADOS UNIDOS. Alien Tort Claims Act, 28 U.S.C. §1350. Disponível em: <<https://www.law.cornell.edu/uscode/text/28/1350>>. Acesso em: 21 set. 2018.

ESTADOS UNIDOS. *Delgado v. Shell Oil Co.*, 890 F. Supp. 1324 (S.D. Tex. 1995).

ESTADOS UNIDOS. *Dyncorp vs Arias*, 856 F. Supp. 2d 46 (D. D. C. 2012).

ESTADOS UNIDOS. *International Shoe v. State of Washington*, 326 U.S. 310, 66 S. Ct. 154, 90 L. Ed. 95 (1945).

ESTADOS UNIDOS. *Quinteros et al v. Dyncorp et al*, No. 1:2007cv01042 (D.D.C. 2016).

ESTADOS UNIDOS. *Sarei v. Rio Tinto* 221 F. Supp. 2d 1116 (2002). Disponível em: <<http://www.csrandthelaw.com/uploads/file/02-56256.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2018.

ESTADOS UNIDOS. *Union Carbide Corp. Gas Plant Disaster at Bhopal, India* in Dec., 1984, 601 F. Supp. 1035 (J.P.M.D.L. 1985).

ESTADOS UNIDOS. *U.S. DISTRICT COURT Case No. 07-21941-CIV-COOKE/McAliley*.

ESTADOS UNIDOS. *U.S SUPREME COURT. Gulf Oil Corp vs. Gilbert*, 330 U.S 501 (1947).

GALIL, Gabriel. A Responsabilidade Das Joint Ventures Transnacionais Por Violações De Direitos Humanos: Um Estudo À Luz Do Caso Samarco. Dissertação. Homa – Centro De Direitos Humanos e Empresas. 2016.

HONDURAS. *Ley de Organización y atribuciones de los tribunales*. 1987. Disponível em <<http://www.poderjudicial.gob.hn/CEDIJ/Documents/Ley%20de%20Organizacion%20y%20Atribuciones%20de%20los%20Tribunales%20%28LOAT%29.pdf>> Acesso em: 05 jun 2018.

ÍNDIA. Bhopal Gas *Leak Disaster Act*. <<https://indiankanoon.org/doc/1510537/>>. Acesso em: 05 de set. 2018.

JATAHY, Vera Maria Barrera, Do conflito de jurisdições: a competência internacional da justiça brasileira.

NICARAGUA. Ley Especial para la Tramitación de Juicios Promovidos por las Personas Afectadas por el uso de Pesticidas Fabricados a Base de DBCP. 2000. Disponível em <<http://legislacion.asamblea.gob.ni/normaweb.nsf/b92aaea87dac762406257265005d21f7/545bec2a8b101dd8062571bc005edb9d?OpenDocument>> Acesso em: 04 jun. 2018.

PETSCHE, Markus. What's wrong with forum shopping? An attempt to identify and assess the real issues of a controversial practice. *International Lawyer*, v. 45, 2011.

RECHSTEINER, Beat Walter. *Direito Internacional Privado – Teoria e Prática*. Editora Saraiva. 18ª Edição. 2016.

SCHAEDLER, Nestor. O princípio da ordem pública no Direito Internacional Privado: história, revisão crítica e perspectivas. Dissertação (Dissertação em direito) – Faculdade de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul. 2012.

SIMONWITZ, Aaron D. *A US. Perspective on forum shopping, ethical obligation, and internacional commercial context*. Munich: Sellier European Law Publishers (SELP), 2013.

WHITE, Robin M.; WILLOCK, Ian D.; MACQUEEN, Hector L. *The scottish legal system*. 5th ed. Edinburgh: Bloomsbury Professional, 2013.